

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO NA VIABILIZAÇÃO DE PROJETOS TECNOLÓGICOS — O CASO DA TERMELÉTRICA A CARVÃO DE PARANAGUÁ

Myrian Del Vecchio de Lima¹

Resumo: Este artigo enfoca o projeto da termelétrica a carvão de Paranaguá, como um caso exemplar de falha na estratégia de comunicação social durante o processo de viabilização técnico-ambiental do empreendimento. Ao mesmo tempo, aponta a tendência atual de entendimento da Mobilização Social como processo para encurtar a distância entre informações técnicas e os atores envolvidos na construção social.

Palavras-Chave: mobilização social, estratégias de comunicação, projeto tecnológico, desenvolvimento sustentável

Abstract: This paper presents the case of a coal thermo-electric power-plant, in the city of Paranaguá, as an example of lack of strategy to bring the social communication process during the technical and environmental studies for that power-plant. Also, the paper points the nowadays tendency of “social mobilization” as a process to reduce the distance between technical information and actors involved in the “social construction”.

Keywords: social mobilization, communicative strategies, technological project,

1. Introdução

Em linhas gerais, este artigo propõe a abordagem da Mobilização Social como forma de viabilização de projetos tecnológicos, com interfaces sociais e ambientais, em que a participação da comunidade, garantida pelo fluxo constante de informações, seja decisiva para o sucesso do empreendimento.

Isto levou a uma reflexão sobre o caso emblemático da termelétrica a carvão de Paranaguá. Assim, o estudo inicia-se com uma pergunta. Como o projeto de uma usina termelétrica com características técnicas apropriadas e modernas, apresentando todos os requisitos que garantiam sua inserção nos parâmetros do modelo de desenvolvimento sustentável—portanto ambientalmente aceitável— tornou-se politicamente inviável?

.....
¹ Professora do Departamento de Comunicação da UFPR. Mestre em Comunicação Social. Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento na UFPR. {myryan@crt.sol.com.br}

O diagnóstico, feito pelos próprios técnicos envolvidos, revela o fato de os empreendedores terem subestimado a necessidade de um planejamento em comunicação social e a pressão da comunidade ambiental organizada, que se posicionou contra o projeto; outros erros foram a omissão de informações precisas para a comunidade; a contratação de um engenheiro no lugar de um profissional de comunicação para gerenciar o fluxo de informações para a sociedade, mantendo indiferenciados o processo técnico e o social; e a falta de capitalização junto ao público sobre os ganhos ambientais que ocorreriam com as alterações técnicas incorporadas ao projeto.

2. Explorando outras energias

No Paraná, a Copel — Cia. Paranaense de Energia Elétrica é a empresa responsável pela coordenação da política energética estadual e pelo planejamento, construção e gerenciamento das usinas geradoras e distribuição de energia. Embora predomine amplamente o modelo de barragens hidrelétricas, a Copel vem pesquisando formas alternativas de geração, a partir da energia eólica, gás natural, xisto e carvão, matéria-prima a que se refere este trabalho.

Uma usina termelétrica transforma energia cinética em energia elétrica a partir de combustíveis fósseis, como o carvão. Sabe-se que 40% da matriz energética mundial é baseada no carvão; nos Estados Unidos, este índice alcança 55%. Em vários países, a instalação das termelétricas vem crescendo com a evolução de tecnologias apropriadas, reduzindo de forma significativa os problemas ambientais relacionados com este tipo de empreendimento. O carvão, muito competitivo no mercado internacional em relação a outras fontes de energia, também contribui para esta expansão.

No Brasil, entretanto, existem poucas termelétricas a carvão. A mais conhecida, a de Candiota, em Porto Alegre (RS), ao lado do rio Guaíba, ficou famosa pelos problemas ambientais que gerou e não por seus benefícios de produção energética. Alguns técnicos, porém, afirmam que este tipo de termelétrica provoca impactos ambientais menores do que aqueles causados pelas grandes barragens hidrelétricas e os imensos lagos artificiais por elas gerados.

Em 1997, surge no Paraná o interesse para explorar a geração de energia elétrica com uso de fonte térmica com a instalação de uma termelétrica a carvão. Como do ponto de vista técnico exigia-se a proximidade de um corpo d'água, com a construção de um porto próprio para descarga do carvão, definiu-se o litoral do Paraná como área de instalação da termelétrica. Por outro lado, as ações do governo estadual vêm tentando dotar esta região — reconhecidamente uma das mais pobres do Estado — de uma infra-estrutura para melhor atrair turistas e veranistas e promover a economia de seus seis municípios.

Forma-se então o consórcio Getep — Grupo Empresarial Termelétrico do Paraná, que reúne a Copel, com 24,5% de participação; a empresa chilena Chilgener, de capital internacional, com 51% de participação; e a Inepar, empresa paranaense produtora de sistemas elétricos e de telecomunicações, com 24,5% de participação. O projeto previa a geração de 700 megawatts de energia, o correspondente a menos de 10% da geração de Itaipu, em duas unidades

geradoras de 350 mW cada.

O investimento tinha custo inicial orçado em 650 milhões de dólares, com início de funcionamento previsto para o último trimestre do ano 2000. A usina estava programada para operar em plena carga como fonte complementar do sistema energético brasileiro, em ocasiões de baixas de produção do complexo de energia de origem hidráulica. Previa-se um consumo diário de 6.012 toneladas de carvão mineral, de alto poder calorífico e baixo teor de cinzas e enxofre — daí a opção pelo produto importado.²

3. Um EIA/Rima exemplar

Um empreendimento de tal porte exige, conforme a legislação ambiental federal e estadual, a realização de uma AIA — Avaliação de Impacto Ambiental, processo que contém os instrumentos EIA-Rima — Estudo de Impactos Ambientais – Relatório de Impactos Ambientais³, como pré-requisitos para a obtenção de licenciamento ambiental fornecido pelo órgão de meio ambiente estadual, o IAP — Instituto Ambiental do Paraná.

Para cumprir essa exigência, o consórcio Getep buscou os serviços da Funpar — Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura na realização do EIA/Rima. A coordenação da equipe multidisciplinar contratada pela Funpar ficou a cargo dos professores pesquisadores Paulo da Cunha Lana, doutor em Biologia, do Centro de Estudos do Mar, da UFPR (meio biológico); Rodolfo José Angulo, doutor em Geologia, do Doutorado em Geologia, da UFPR (meio físico), e Darci Marzulo Ribeiro, mestre em Sociologia, do Iparde — Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (meio socioeconômico).

Um estudo preliminar dessa equipe definiu como área de menor impacto ambiental para a localização do empreendimento o lado sul da baía de Paranaguá, no município de Paranaguá, nas proximidades do porto do mesmo nome. A planta do projeto previa o esquema de funcionamento básico de uma termelétrica a carvão, além de um porto e um atracadouro.

A equipe multidisciplinar do EIA/Rima trabalhou com três grandes matrizes ambientais: o porto; o canteiro da termelétrica e atividades relacionadas, ou seja, a própria usina; e as linhas de transmissão de energia elétrica gerada que passaria pela Serra do Mar, área tombada como Patrimônio Natural da Humanidade, até

.....

² O melhor carvão do ponto de vista ambiental não é o melhor do ponto de vista energético. A opção de trabalhar com carvão importado justifica-se por estes terem teores de enxofre e cinza menores, embora seja sempre — queimado ou *in natura* — um poluente.

³ A AIA — Avaliação de Impacto Ambiental busca prever o efeito das atividades humanas sobre a estrutura e funcionamento dos ecossistemas naturais e ecossistemas modificados pelo homem, evitando-se assim efeitos indesejáveis para a natureza e a sociedade e diminuindo custos ao sugerir modificações técnicas antes da implantação do projeto. Assim, um EIA/Rima baseia-se em três itens: diagnóstico ambiental da área, descrição da ação proposta e suas alternativas, e identificação, análise e previsão dos impactos significativos, positivos e negativos.

sua destinação final, em São José dos Pinhais, município da Região Metropolitana de Curitiba, nas proximidades da montadora Renault,

Estabelecidos os limites espaciais e temporais, a equipe identificou todos os possíveis impactos, diretos e indiretos, sobre a área afetada, do ponto de vista natural, físico e socio-econômico-cultural. Os impactos ambientais poderiam ocorrer em diversos pontos da planta da usina, com destaque para dois deles: a queima do carvão na caldeira iria gerar emissões atmosféricas contendo os subprodutos cinza pesada, cinzas leves, óxidos de nitrogênio e dióxido de enxofre, este último com impactos sobre a saúde humana e causador do efeito conhecido como “chuva ácida”; a água aquecida, resultante do sistema de resfriamento dos condensadores, ao ser descartada, provocaria uma “pluma térmica” na baía de Paranaguá — a baía receberia uma emissão de água 8 graus centígrados acima de sua temperatura normal, com conseqüências negativas para a flora e fauna marinhas.

A seguir, a equipe realizou mapeamento do ecossistema; avaliou a duração sobre os meios físico, natural e socioeconômico, com ou sem medidas mitigadoras, das principais ações e efeitos da construção e funcionamento da termelétrica, bem como dos efeitos cumulativos e sinérgicos; preparou um diagnóstico a partir de pesquisas de base; checkou tendências, com ou sem a consecução do empreendimento, com relação às fontes de pressão sobre o meio ambiente natural e social. Foram ainda feitas previsões e projeções, a partir dos “piores cenários” possíveis — a usina funcionando com carga máxima de produção, com carvão da pior qualidade, em dias de altas temperaturas; analogias a partir de estudos anteriores, modelagens com modelos matemáticos, bioensaios de campo e de laboratório; uso da teoria ecológica, para prever o comportamento dos ecossistemas.

Todos os resultados obtidos foram sumarizados em índices, gráficos e textos, com valorização da importância dos impactos ambientais e indicação das principais medidas alternativas e mitigadoras para os possíveis efeitos ambientais negativos causados pelo empreendimento.

Neste estudo de caso, os empreendedores foram extremamente receptivos a todas as medidas alternativas/mitigadoras sugeridas pela equipe do Eia/Rima.

Com relação aos dois principais impactos sobre o meio ambiente já apontados, foram sugeridas as seguintes medidas mitigadoras: para reduzir a menos de 1% a emissão de gases formadores de plumas atmosféricas poluentes, os empreendedores acataram a sugestão de instalação de filtros capazes de reter em até 99% os subprodutos gerados pela queima do carvão; e para evitar a formação de uma pluma térmica na baía, aceitaram alterar todo o sistema de refrigeração do projeto que previa um circuito aberto, com captação de água do estuário a ser utilizada no processo térmico e descarte na baía de Paranaguá — o EIA exigiu um circuito fechado para o processo aquecimento/resfriamento da água. Isto implicou incremento de custos significativos, mesmo para um projeto deste porte. Já a linha de transmissão de energia aproveitaria a trilha de uma antiga linha desativada da Copel, evitando-se assim novos danos à vegetação da Mata Atlântica. Outras orientações técnicas de caráter ambientalmente

“amigável” alteraram o projeto, como a modificação da altura da chaminé, projetos paisagístico e arquitetônico, controle de tráfego de caminhões durante a obra, escolha de local adequado para depósito das cinzas geradas.

Foi sugerido o monitoramento permanente dos impactos previstos e das medidas mitigadoras recomendadas, por meio de um laboratório independente ligado à universidade, equipado e mantido com recursos dos empreendedores. O laboratório faria a auditoria de todos os processos relativos ao meio ambiente/termelétrica.

Assim, de acordo com os coordenadores do Eia/Rima, o estudo chegou a conclusões técnicas que conduziam à certeza da aprovação do projeto do ponto de vista ambiental pelo órgão estadual responsável pelo licenciamento.

Mas, no caso da termelétrica de Paranaguá, nada disso chegou a acontecer. Surpreendendo a todos, técnicos e empreendedores, um corte brusco, de natureza política, encerrou todo o processo, inviabilizando o projeto. Mesmo estando tudo tecnicamente contemplado, com o aceite, sem exceção, de todas as medidas mitigadoras dos impactos ambientais previstos, com justificações, explicações e garantias de uma equipe de pesquisadores da universidade que passaram a ser os responsáveis pelo “bom comportamento ambiental” do empreendimento, a solução política prevaleceu sobre a solução técnica. Por quê?

4. Erros de estratégia

Um projeto tecnológico começa, habitualmente, em um laboratório ou escritório técnico, entre quatro paredes, com equipamentos e profissionais os mais diversos. Ele cresce e se viabiliza, ficando pronto para sair das pranchetas, bancadas e plantas-piloto e ser implantado na realidade social. E é aí que os maiores desafios começam a aparecer.

Ao ser transplantado para a complexa realidade social/natural, o projeto tecnológico, agora já com feições de empreendimento empresarial, torna-se mais um ponto de interseção na rede de variáveis sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais que caracterizam a sociedade.

Assim, enquanto o projeto da Termelétrica de Paranaguá era avaliado do ponto de vista técnico-ambiental, não sofrendo nenhum tipo de restrição no Eia/Rima, após ter incorporado as modificações técnicas recomendadas por esse estudo, recebendo praticamente um “selo verde” para a obtenção do licenciamento ambiental do IAP, um outro processo — público, mas muito mais subjetivo e reunindo muitos elementos e informações de bastidores — desenvolvia-se na sociedade e seria decisivo para a sorte do empreendimento.

Os atores sociais envolvidos — prefeitura e lideranças municipais de Paranaguá, associações ambientais e pessoas ligadas ao movimento ambientalista, grupos rivais dentro da própria Copel, comunidade universitária, políticos e representantes governamentais, empresários, jornalistas, além do próprio governador do Estado — começavam a se movimentar, tomar posições, utilizar a mídia para divulgar ou desmentir notícias, omitir informações, apoiar, prometer, lamentar, denunciar, elogiar, pichar, condenar, aprovar, enfim, delineou-se um “discurso público”, polêmico, em torno da termelétrica.

As poucas informações sobre o empreendimento foram publicadas pela imprensa do Estado, especialmente os jornais de Curitiba, a partir de “releases”⁴ que mais omitiam do que informavam. Sem um fluxo de comunicação que esclarecesse as dúvidas que começavam a surgir sobre os impactos ambientais do projeto, a população, de maneira geral, mal tomou conhecimento sobre o assunto, e os setores mais organizados — ONGs, associações e movimentos ambientais e formadores de opinião, como professores e estudantes universitários — passaram a veicular “o pior cenário ambiental” possível para o litoral do Paraná, com a instalação da termelétrica. Muros foram pichados com um “Não a termelétrica a carvão”. Adesivos foram colados em carros e mochilas. Notinhas divulgadas em veículos e panfletos. A UFPR organizou um fórum para debater a questão onde ganharam voz as tendências contrárias ao empreendimento.

Vale a pena lembrar os principais tópicos de contestação ao projeto que eram divulgados pelos movimentos ambientalistas: do ponto de vista ambiental — produção dos gases estufa, principalmente dióxido de carbono; emissão de enxofre; lançamento de partículas na atmosfera e contaminação pelo carvão numa das mais importantes reservas de biodiversidade do planeta. Do ponto de vista social — o principal impacto era associado aos problemas provocados à saúde humana pela poluição do ar, lembrando que Paranaguá registra, hoje, o maior número de casos de doenças respiratórias em crianças, pela dificuldade de dispersão de poluentes e, com a usina, este quadro seria agravado. Além disso, a poluição afetaria a principal área de lazer da maioria da população do Paraná, formada pela Serra do Mar e balneários no litoral. Do ponto de vista legal, a legislação federal proíbe a construção de usinas termelétricas a carvão com potência acima de 70 Mw em regiões destinadas ao lazer e conservação da natureza e citavam acordos firmados pelo Brasil e referendados pelo Congresso Nacional, como a Convenção da Biodiversidade, que estabelecem o princípio da precaução — qualquer risco à biodiversidade deve ser previamente evitado e não posteriormente punido, porque destruir o meio ambiente é fácil mas reconstruí-lo é, muitas vezes, humanamente impossível.

O EIA/Rima vem sendo visto, nos últimos anos, como um instrumento econômico importante para o planejamento dos investimentos empresariais que possam causar estresse ao meio ambiente, e como o início de uma política de gestão ambiental de uma empresa. Ao mesmo tempo, o EIA/Rima funciona como um instrumento de participação popular: ao final do processo, a comunidade interessada pode solicitar uma audiência pública, na qual o Rima — relatório redigido em linguagem acessível ao grande público — é apresentado para os diversos segmentos sociais envolvidos.

Assim, os argumentos e as reivindicações da comunidade ambiental poderiam ter desaguado na audiência pública prevista para o final do processo. Mas, enquanto os empreendedores cometiam uma série de erros e se omitiam

.....
⁴ O “release” é um boletim, em formato de matéria jornalística, distribuído para a imprensa pelas assessorias de imprensa de instituições públicas ou empresas privadas.

na divulgação de informações sobre a implantação da usina, a comunidade ambiental tomava as rédeas da situação, com uma estratégia de comunicação que mobilizou os formadores de opinião e simpatizantes da causa ecológica.

5. O discurso da comunidade

Um exemplo do tom emocional dos discursos que circulavam na época pode ser visto neste trecho preparado pela Rede Verde — entidade ambientalista que liderou o processo de resistência à implantação da usina — para distribuição nos meios de comunicação social:

O governador Jaime Lerner escolheu a tática da avestruz para não definir sua posição sobre o projeto de construção de uma termelétrica a carvão no litoral do Paraná: olha para o outro lado do Paraná e faz de conta que o problema não existe. Primeiro, promoveu os Jogos da Natureza, no oeste do estado, anunciando para o mundo que o Paraná está comprometido com o meio ambiente. E a termelétrica a carvão no meio dos últimos remanescentes da Mata Atlântica continua sendo estudada pela Copel. Depois, “reinaugura” o Parque Estadual de Guartelá, reforçando a preocupação do governo com o meio ambiente. E a termelétrica a carvão no meio dos últimos remanescentes da Mata Atlântica continua sendo estudada. A população do Paraná não quer uma fábrica de poluição no pequeno espaço do litoral do Paraná e já se manifestou de muitas maneiras. Para pedir, mais uma vez, uma definição do governo sobre o assunto, estudantes, ambientalistas e professores de várias universidades estão programando uma nova manifestação de protesto no centro da cidade, para os próximos dias. Aguardem. 28/10/97, Rede Verde

Para rebater este discurso e mobilizar positivamente o público com relação à implantação da termelétrica, os empreendedores tinham matéria-prima informativa, que na linguagem jornalística, é chamada de “quente”: os dados técnicos e fidedignos do Eia/Rima já apontavam para soluções aceitáveis do ponto de vista ambiental. Mas, estas informações não foram bem aproveitadas no processo de comunicação social. A omissão dos empreendedores e a subestimação da capacidade de mobilização dos ambientalistas continuam a render notícias contra o projeto:

COPEL TENTA ESCONDER O CARVÃO —Um folheto distribuído pela Copel no litoral do Paraná tenta explicar as vantagens da usina termelétrica sobre outras formas de geração de energia, escondendo o principal: o carvão. Para ter sucesso na tentativa, usa expressões como “sistema hidrotérmico” ou “usina termelétrica com turbina a vapor”, para evitar a palavra carvão nos títulos do folheto. Todas as vantagens do “sistema hidrotérmico” apresentadas no folheto são econômicas. Apesar de estar assinado por uma empresa estatal — e, portanto, ainda de interesse público — o folheto não apresenta

*sequer uma razão de ordem pública, social ou ambiental, que justifique o empreendimento. Trata-se, enfim, de um folheto para investidores: os problemas ambientais que uma usina termelétrica provocará no litoral do Paraná são absolutamente ignorados. Ainda sobre a termelétrica no litoral: os ambientalistas querem saber quem deu certeza à Chilgener, principal investidor no projeto, de que o empreendimento será autorizado e começará a ser construído em 1998, como foi divulgado na edição de terça-feira, 29 de julho, do jornal El Mercurio, de Santiago do Chile? O projeto terá que cumprir, como qualquer outro, todas as etapas do licenciamento e é sempre bom lembrar que uma das atribuições do Estudo Prévio de Impacto Ambiental é exatamente a de verificar a possibilidade ou impossibilidade de implantação do empreendimento, considerando o dano potencial ao meio ambiente **Rede Verde, novembro, 1999.***

Isso tudo ocorria, em um ano pré-eleitoral, com o governador candidato à reeleição.

Ao perceber que havia subestimado a necessidade de comunicação social e a pressão da comunidade ambiental, trabalhando apenas com formas tradicionais de comunicação, o grupo empreendedor decidiu, ainda que tarde, contratar um **engenheiro** para fazer o papel de comunicador. Foi mais um erro. Pressionados, trouxeram uma empresa multinacional “especialista em aprovar Rimas” para tentar consertar o *marketing* ambiental negativo que já contaminava a imagem do projeto aos olhos da população. Novamente uma medida equivocada, em que se busca a solução técnica ignorando-se as sutilezas do jogo de forças sociais já mobilizadas contra o projeto.

Às vésperas da entrega do EIA/Rima ao IAP, a surpresa: o governador veta o empreendimento numa decisão classificada como política.

A mesma Rede Verde muda seu discurso, o governo é elogiado, os empreendedores continuam a ser acusados:

EMPRESAS IGNORAM DECISÃO DO GOVERNO DE PROIBIR TERMOELÉTRICA NO LITORAL — As empresas privadas integrantes do Grupo Empresarial Termelétrico do Paraná, que pretendiam instalar uma usina a carvão no litoral do estado, decidiram ignorar a decisão tomada pelo governador Jaime Lerner de proibir a instalação deste tipo de empreendimento no estado. Segundo as empresas, o governo não poderia omitir opiniões sobre o assunto nem determinar que a Copel, estatal integrante do grupo, que tem exclusividade na distribuição da energia, desenvolva estudos para buscar novas alternativas energéticas. Ao protestar contra a decisão do governador, os empresários esqueceram que o papel do governo é defender o interesse público, representado, no caso, pela proteção à principal área de recreação e lazer e ao maior conjunto de unidades de conservação do estado. Para encerrar definitivamente este

assunto, cabe ao Instituto Ambiental do Paraná, órgão responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras no estado, dar a palavra final. Rede Verde, 19/11/97

Os ambientalistas são atendidos além do que poderiam esperar: o EIA/Rima, tecnicamente favorável, não é sequer recebido pelo órgão governamental.⁵

6. A proposta da Mobilização Social

A partir deste caso, emblemático na falha do uso de técnicas adequadas de comunicação social, o que resultou no veto governamental ao empreendimento, propomos para a viabilização de projetos tecnológicos, que envolvam riscos ambientais, políticos ou sociais, a incorporação de um programa de Mobilização Social, que desenvolva um planejamento estratégico na implantação, acompanhamento, consolidação e avaliação desses projetos.

A constatação de que o crescimento econômico, por si só, não garante bem-estar e qualidade de vida, leva a uma reflexão sobre as possibilidades contidas no modelo de desenvolvimento sustentável, que permite conciliar evolução tecnológica, crescimento econômico e preservação ambiental, na busca de novos parâmetros de desenvolvimento social e humano. A implantação de projetos tecnológicos só pode ser compreendida, no modelo capitalista, a partir de agora, dentro destas condições.

Mas, atualmente, a delegação de responsabilidades nos projetos de desenvolvimento sustentável é ainda exclusiva dos técnicos, pois a questão ambiental é encarada como preponderantemente técnica, sem a dimensão política que os aspectos sociais lhe conferem.

MONOSOWSKY lembra que *“a organização dos grupos sociais e comunidades afetados por projetos de desenvolvimento mostra-se ainda precária e incipiente na maioria dos casos. O acesso aos meios de expressão e comunicação desses atores sociais é ainda bastante limitado, assim como o acesso à informação. Estas são restrições significativas à sua participação nos processos de negociação social dos projetos”*. (p. 23).

Uma forma de ampliar o modelo de desenvolvimento sustentável, e ir além das soluções técnicas para determinada questão ambiental, é o envolvimento da população, mediante a mobilização social. Para apreender a força e amplitude desta proposta, faz-se necessário superar antigos conceitos de mobilização social, gerados dentro da sociologia, e ter claro que a mobilização social dos anos 90 é diferente daquelas das décadas de 1950-1960, quando a perspectiva era mais sociológica.

E agora? O que ler nas formas de organização das populações atualmente? Alguns movimentos sociais se consolidaram, assim como sua base de susten-

.....
⁵ O Eia/Rima sobre a termelétrica a carvão de Paranaguá está depositado na biblioteca setorial do Centro Politécnico, UFPR.

tação. O papel dos agentes modificou-se, entre eles o do governo. Mas são as ONGs — organizações não-governamentais que se proliferam e se consolidam, representando uma perspectiva política e a efetiva mobilização de recursos. Novas questões metodológicas são colocadas: Qual é, de fato, o papel dos técnicos, dos teóricos, dos mobilizadores? Como se situam esses atores em relação à comunidade, e como penetrar nessas mesmas comunidades? Qual será sua relação com essa comunidade? Além disso, as novas tecnologias causam transformações importantes: em termos de comunicação de massa. O barateamento do rádio torna esse meio acessível ao controle das comunidades; ao mesmo tempo, o computador, o *fax*, a copiadora de baixo custo e a Internet transformam substancialmente, embora ainda em pequena escala, a abordagem das questões do acesso à informação. É, enfim, um momento de grande flexibilização. “As ONGs, por exemplo, adotam um comportamento muito mais flexível daquele das instituições envolvidas tradicionalmente com comunicação e mobilização social, duas décadas atrás. São mais pragmáticas e não são movidas pelo dogmatismo esquerdizante, com pouca conciliação, de posições ideológicas duras e ideologicamente muito marcadas”. (MOTA, p.17). Os órgãos governamentais também estão mais flexíveis, em busca de novos parceiros.

Neste contexto, a mobilização social busca “fazer o sonho coletivo”. Quem faz acontecer são as pessoas. E ela ocorre “quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos. Por isso, mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhado. Sendo a mobilização uma convocação ela é um ato de liberdade, oposto da manipulação, um ato público de vontade, de paixão”. (TORO, 1996). Assim, é necessário que as pessoas envolvidas executem o seu papel e se envolvam com os projetos comuns voltados para uma melhor qualidade de vida e para o exercício da cidadania.

A mobilização social necessária para implementação de projetos tecnológicos, sociais ou culturais exige a utilização de técnicas e instrumentos de comunicação, que devem estar previstos no plano estratégico do projeto — “toda mobilização tem que pensar na comunicação, pois mobilizar é fazer circular sentidos e os sentidos não podem circular senão através de estratégias e processos comunicativos”. (TORO, p. 74). É a comunicação que vai promover o compartilhamento de todas as informações relacionadas ao projeto tecnológico-social, com a comunidade envolvida e/ou interessada, fornecendo respostas à necessidade, cada vez maior, de o cidadão participar do processo decisório nos projetos que pretendem o seu bem-estar.

A mobilização está sempre atenta para a descoberta do público decisivo que esconde na massa que vive, trabalha, age e influencia o universo social, político, geográfico, econômico, cultural, ambiental de um projeto; para os problemas potenciais, antes que se tornem insolúveis; destaca as histórias de sucesso, para manter a comunidade motivada; busca constantemente o apoio do público que interessa na viabilização dos projetos; esclarece permanentemente, sem omitir informações, os objetivos e metas para todos os envolvidos; trabalha

com o conceito de rede — nunca emite uma mensagem para apenas um nó ou fio da rede.

Assim, no cenário social contemporâneo, a mobilização se define pela convocação de voluntários a um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados. Quatro elementos compõem essa definição, segundo TORO (1966):

1. *Se mobilizar é convocar, quer dizer que mobilizar é, antes de tudo, um ato de liberdade. Esta é a diferença entre a mobilização e os atos de manipulação, de persuasão, de chantagem pública que, às vezes, ocorrem.*
2. *Se for voluntário, é um ato de paixão, ou seja, não é possível mobilizar uma sociedade se não se despertar, previamente, a paixão.*
3. ***Se for um propósito, quer dizer que é um ato de precisão, ou seja, de precisão pública. Não se convoca para qualquer coisa ambígua ou vaga, é algo que tem de ser claramente delineado, delimitado.***
4. *Se for compartilhada com interpretações e sentidos, a convocação é um ato de comunicação. (p. 26)*

Nesta linha de compreensão, a mobilização serve para construir democracia e coletividade e pressupõe a autoconstrução. Confere também uma dimensão política e social a uma questão antes encarada como meramente técnica e com soluções reduzidas a este âmbito.

7 Considerações finais

Ao trabalhar dentro dos limites impostos pelo modelo econômico capitalista, partimos da premissa que o respeito à ética e o envolvimento e a representatividade da sociedade, nas questões relativas à implantação de projetos tecnológicos com interfaces com o meio ambiente e sua gestão são fundamentais para o estabelecimento de critérios de sustentabilidade. Também é fundamental entender gestão ambiental compartilhada como aquela construída a partir da reflexão sobre os valores das instituições sociais e da troca de experiências com as comunidades envolvidas nos processos de uso de recursos ambientais.

Dentro dessa linha, as estratégias para a sustentabilidade delineiam-se enquanto combinação de elementos de comunicação e obtenção de consenso; enquanto reunião de informações e sua análise; enquanto formulação de políticas e planos de ação e implementação, para capacitar uma sociedade a conservar seu capital natural (estratégia de conservação) e para atingir a sustentabilidade pela integração de desenvolvimento econômico e tecnológico e pela conservação de capital natural. Sob este prisma, a proposta da mobilização social e suas estratégias de comunicação funcionariam como um dos instrumentos de viabilização do processo de gestão ambiental, indo muito além de uma visão simplista — e oportunista — de “marketing ecológico”, atualmente tão em moda, e baseado apenas nas estratégias tradicionais de comunicação. Essas estratégias, superadoras do tecnicismo, devem refletir a necessidade real de participação

das populações envolvidas, e de toda a sociedade, nos processos decisórios e de gestão técnico-ambiental que, só assim, se efetivará como gestão compartilhada e de qualidade.

Em resumo, a proposta da Mobilização Social detém uma série de instrumentos, estratégias e processos abrangentes, capazes de detectar, diagnosticar, acompanhar e avaliar os processos tecnológicos e sociais em suas diversas interfaces com os aspectos econômicos e ambientais, ao mesmo tempo em que pode interferir, participar, integrar e interagir com esses processos, realimentando, permanentemente, com a dúvida e a crítica social, a construção da proposta do desenvolvimento sustentável.

Como fazer isso, passo a passo, em um caso real, como o da termelétrica de Paranaguá, é assunto para um próximo texto.

Agradecimentos

Aos professores Paulo Lana e Rodolfo Angulo, pela brilhante aula onde apresentaram o EIA/RIMA da termelétrica a carvão de Paranaguá.

Glaci Gottadello Ito, jornalista, que fez o convite para dividir com ela as duas palestras realizadas no CEFET, em junho/1999, das quais surgiu o convite para elaboração deste artigo.

Antônia Schwinden, pelo já habitual apoio técnico na elaboração de textos.

Referências

CENPEC — Centro de Estudos e Pesquisas para Educação, Cultura e Ação Comunitária. **ONG, tendências e necessidades**. São Paulo:1998.

CENPEC — Centro de Estudos e Pesquisas para Educação, Cultura e Ação Comunitária. **ONG, sua ação mobilizadora**. São Paulo: 1998.

MONOSOWSKI, E. “**Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil**”. pp. 15-24. São Paulo: Cadernos FUNDAP. Ano 9 n. 16, jun., 1989.

MOTA, L.G. **A comunicação e movimentos populares de massa**. In: MONTORO. Comunicação e Mobilização Social. Brasília: UnB, 1996.

MONTORO, T.S.(org.). **Comunicação e Mobilização Social**. Brasília: UnB, 1996.

QUINTÃO, A.S. **Ambientalismo e marketing social**. In: Comunicação e Mobilização Social. Brasília: UnB, 1996.

RATTNER, Henrique. “**Desenvolvimento sustentável — tendências e perspectivas**”. In: MAGALHÃES, Luiz Edmundo de (coord.). A Questão Ambiental. São Paulo: Terragraph, 1994.

TORO B. **Mobilização social: uma teoria para a universalização da cidadania**. In: Comunicação e Mobilização Social. Brasília: UnB, 1996.